

## CIDADES MÉDIAS: DA MULTIPLICIDADE DE DEFINIÇÕES À BUSCA DE SEUS LIMIARES

**Wagner Batella**

Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Juiz de Fora, MG  
[wagner.batella@ufjf.edu.br](mailto:wagner.batella@ufjf.edu.br)

### RESUMO

As cidades médias têm se apresentado como um importante tema de pesquisa no âmbito dos estudos urbanos. As transformações nos sistemas de transporte e comunicação permitiram maior agilidade e aceleração dos deslocamentos espaciais, diminuindo custos de produção e intensificando o processo de interiorização do urbano em diversos países. As redes urbanas que resultam desse processo são marcadas pela diversidade de cidades, incluindo as cidades tratadas na literatura como cidades médias. Pensando nessa pluralidade, o presente trabalho problematiza a noção de limiares das cidades médias. Inicia-se apresentando os desafios epistemológicos que envolvem o conceito de cidade média. Na sequência, desenvolve-se uma análise sobre a evolução dos estudos e as abordagens recorrentes sobre tais cidades. Por fim, apresenta-se a noção de limiares das cidades médias como recurso analítico aos estudos urbano-regionais.

**Palavras-chave:** Cidades Médias; Limiares das Cidades Médias; Estudos Urbano-Regionais.

### MEDIUM-SIZED CITIES: FROM THE MULTIPLICITY OF DEFINITIONS TO THE SEARCH FOR THRESHOLDS

#### ABSTRACT

Medium-sized cities have been presented as an important research topic in urban studies. Transformations in transportation and communication systems have allowed greater agility and acceleration of spatial displacements, thereby reducing production costs and intensifying the process of interiorization of urban spaces in several countries. The urban networks that result from this process are marked by the diversity of cities, including cities treated in the literature as medium-sized cities. Thinking in this plurality, this work problematizes the notion of thresholds of medium-sized cities. It begins by presenting the epistemological challenges that involve the concept of the medium-sized city. An analysis of the evolution of studies and the recurrent approaches to such cities is then developed. Finally, the notion of thresholds of medium-sized cities is presented as an analytical resource for urban-regional studies.

**Keywords:** Medium-sized cities; Thresholds of medium-sized cities; Urban-regional studies.

### **INTRODUÇÃO: CIDADES MÉDIAS – UM DESAFIO CONCEITUAL**

Cada período histórico traz consigo novos desafios para o desenvolvimento científico nos diversos campos do saber. Particularmente nos estudos sobre o urbano e a cidade, em variadas áreas do conhecimento, a complexidade das dinâmicas observadas hodiernamente demanda a realização de pesquisas que melhor retratem a diversidade desses espaços e seus processos de produção e consumo.

Considerando as transformações recentes na rede urbana brasileira, observa-se uma série de alterações nos papéis desempenhados pelos espaços urbanos não metropolitanos, mais precisamente entre as cidades denominadas como médias. Todavia, em função da complexidade desses espaços na própria rede urbana, bem como dos diferenciados contextos

regionais onde se encontram inseridos, faz-se importante, no estudo dessas cidades, um esforço em duas direções. A primeira visa explorar o que é geral a essas cidades. Ou seja, busca-se entender processos e dinâmicas semelhantes ao conjunto de cidades médias e que contribuam para sua definição.

Mas, tendo em vista que a rede urbana brasileira é marcada pela diversidade, uma premissa básica, urge que os estudos se desenvolvam em uma segunda direção, na busca do que é particular a cada contexto urbano e regional.

Para balizar esta análise, são tomadas aqui algumas das ideias desenvolvidas por Cheptulin (1982), para quem a formação de representações da realidade exterior, do mundo em seu conjunto e a interpretação dos fenômenos que aí se produzem, supõem que uma explicação seja dada quanto ao aparecimento e às relações das diferentes coisas e quanto a sua essência comum.

Segundo o referido autor, tais análises devem considerar que o movimento do pensamento se estrutura pela articulação das singularidades, generalidades e particularidades na construção do conhecimento. O singular é constituído por propriedades e ligações que são próprias apenas a uma formação material dada e que não existem em outras formações. Todavia, em cada formação, além do que marca sua singularidade, há aquilo que é próprio não apenas a ela, mas também a outras formações, ou seja, ao lado do que é singular e que não se repete, há aquilo que se repete e que está presente em outras formações materiais. Nas palavras do autor, “as propriedades e ligações que se repetem nas formações materiais (coisas, objetos, processos) constituem o geral” (CHEPTULIN, 1982, p.194). O autor destaca, ainda, que o singular e o geral não existem de maneira independente, mas somente por meio de formações materiais particulares. Dessa forma, o particular carrega consigo as duas dimensões anteriormente descritas, ele é a unidade do singular e do geral, ele é a própria formação material.

Essa explicação se faz importante, pois as categorias singular, geral e particular permearão a condução deste trabalho na busca por uma sistematização da noção de limiar que contribua para o avanço, ou a revisão, da dimensão conceitual de cidade média. Ao adotar essa perspectiva, o percurso da pesquisa será conduzido em duas direções complementares, pois se por um lado trata-se de um caminho para avançar o conceito, por outro é uma perspectiva que visa compreender a realidade a ser estudada.

Sobre as cidades médias, deve-se advertir de antemão que não há consenso teórico-conceitual. Corrêa (2007, p.23) destacou as dificuldades em torno da construção deste conceito:

“(...) trata-se de discutir uma expressão vaga, aberta a múltiplos significados e impregnada de idealismo que a concebe como um ideal a ser alcançado, apresentando as vantagens da pequena cidade sem ter, contudo, as desvantagens das grandes”.

Por outro lado, a expressão “cidade média” encontra-se consagrada entre os pesquisadores, sendo empregada para se referir a determinadas cidades, de um porte específico, que desempenham papéis específicos na rede urbana.

As abordagens tradicionais acerca do conteúdo teórico-metodológico das cidades médias convergem para uma relação causal entre as dimensões demográfica e funcional. Essa compreensão decorre em grande medida da ideia de uma hierarquização extremamente rígida, que considera apenas o contexto nacional, sendo as cidades médias aquelas que apresentam “posição média” no interior dessa hierarquia nacional, tanto do ponto de vista demográfico quanto funcional (FERRÃO, 1995).

Nos últimos anos, o debate tem se alargado e incorporado novas temáticas, escalas e métodos, demonstrando a diversidade de perspectivas teóricas e de procedimentos voltados ao estudo das cidades médias, em grande medida em virtude da complexidade da urbanização recente e da diversidade dessas cidades em seus contextos locais, regionais e globais.

Este cenário multifacetado é representativo de um objeto complexo, donde a riqueza das construções empíricas não engendrou uma epistemologia capaz de avançar seu conceito,

sendo a expressão “cidade média” uma noção largamente utilizada na Geografia e em outros campos do conhecimento.

Neste contexto, busca-se neste artigo reunir elementos imperiosos que possam contribuir para a construção conceitual da noção de cidade média. Para tanto, a proposta de limiares é acionada como estratégia analítica e como ferramenta de análise. O texto segue organizado em três partes, sendo a primeira voltada para a contextualização da origem e evolução dos estudos sobre cidades médias, seguida de uma análise acerca dos aspectos gerais que tem norteado as discussões sobre essas cidades, finalizando com uma reflexão sobre a questão dos limiares.

### **ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS SOBRE AS CIDADES MÉDIAS**

A temática das cidades médias tem se destacado nos últimos anos, em grande medida, não apenas pelo recente e diligente crescimento do número de núcleos urbanos que superam a faixa de 100.000 habitantes, mas também pelas transformações nas dinâmicas urbanas e regionais envolvendo essas cidades. As transformações conduzidas a partir das mudanças no capitalismo contemporâneo, em suas variadas e cada vez mais complexas escalas de realização, têm produzido mudanças nos fluxos demográficos e demandas por novos espaços de produção e consumo. Tais transformações, somadas a uma gama de outros fatores, modificaram/modificam a rede urbana no mundo e no Brasil, o que despertou/desperta o interesse de estudiosos que priorizam a questão urbana, particularmente das cidades médias, em suas investigações. Com base no exposto, tem-se observado um cenário de incremento das pesquisas e publicações com o fito de contribuir com maior rigor conceitual e o desenvolvimento de instrumentos mais adequados para compreender esta nova realidade do debate sobre concepções a respeito do urbano na atualidade.

Embora essas questões tenham ganhado mais atenção nas últimas décadas, as primeiras incursões acadêmicas e relacionadas ao planejamento territorial envolvendo as cidades médias remetem ao final dos anos 1950 e início da década de 1960, principalmente na França (AMORIM FILHO, 2007). A vanguarda dessas reflexões pode ser dividida, segundo Costa (2002), em dois grandes grupos: o primeiro refere-se aos estudos sobre as cidades médias considerando seu espaço urbano, enquanto o segundo, que surge num período posterior, dedicou especial atenção às políticas de ordenamento considerando a escala regional.

Antes de avançar nestas concepções, todavia, não se pode dizer que o período em questão marca a origem das interpretações envolvendo a dimensão e os papéis desempenhados pelas cidades, assuntos recorrentes nos estudos acerca das cidades médias. Considerando precipuamente a escala intraurbana, Costa (2002, p.103) acede que a “interpretação da cidade média associada à concepção urbana remete-nos para a dimensão ótima da cidade” e destaca que desde tempos remotos há indagações acerca do equilíbrio urbano, ou seja, dos fatores que permitiriam uma aglomeração urbana alçar-se à condição de “entidade econômica e socialmente equilibrada”. Segundo a autora, tal proposta tem suas origens nas concepções da Grécia Antiga:

“(…) considerando a primeira perspectiva, ou seja, a cidade média como uma aglomeração com uma dimensão física, econômica e social que permite a sua auto-sustentação, podemos afirmar que as primeiras alusões à cidade média surgem com Aristóteles” (COSTA, 2002, p.103).

Nota-se que a noção de equilíbrio tem permeado as investidas científicas e de planejamento envolvendo as cidades médias desde tempos remotos. Nesta concepção, uma cidade equilibrada seria aquela que apresentasse massa populacional em proporção suficiente para não sobrecarregar as funções dessa cidade (COSTA, 2002; FERRÃO, 1995). Assim, ela deveria ser organizada de tal forma que garantisse o equilíbrio de suas dimensões demográficas, territoriais e funcionais.

Esta perspectiva de *urbe* ideal está no cerne das contribuições mais tradicionais para a ideia que se construiu sobre cidade média, sendo essa primeiramente associada a um determinado escalão de dimensão demográfica, variável em função da realidade urbana de cada país. A esta componente de dimensão demográfica associa-se outra, de natureza funcional. Entre elas

se estabeleceria uma relação de causalidade, como se fosse legítimo deduzir a dimensão funcional a partir de sua dimensão demográfica, o que Ferrão (1995) chamou de determinismo dimensional.

Para além da necessária crítica à visão de equilíbrio, o recurso da noção de massa populacional e a busca por proporções “suficientes” sugerem uma ideia hoje associada ao debate da sustentabilidade (COSTA, 2002).

A noção de cidade média associada a uma dimensão sustentável tem permeado, de forma direta e indireta, a história urbana ao longo de vários anos. Muito antes do surgimento das preocupações conceituais sobre cidades médias, já se discutia a importância do equilíbrio endógeno aos sistemas urbanos e sua relação com o planejamento. Na virada para o século XX, o idealismo utópico influenciava as ideias do urbanista inglês Ebenezer Howard, que apontava dois grandes males da sociedade naquele tempo: o despovoamento do campo e a superconcentração nas novas e crescentes cidades industriais. “Cidade e campo atuavam como imãs, tentando atrair populações para elas, mas cada uma apresentando vantagens e obstáculos” (CLARK, 1991, p.232). Foi neste âmbito que surgiram as cidades planejadas para um determinado número de habitantes, por exemplo, nas proposições de Howard acerca das cidades-jardins:

“Cada cidade-jardim deveria ter 32.000 habitantes, e Howard previa que elas poderiam ser desenvolvidas em grupos de seis ao redor de uma cidade central bem planejada, de 58.000 habitantes, para fazer assim unidades urbanas planejadas de ¼ de milhão de habitantes. A cidade deveria ser auto-suficiente em empregos, possuir suas próprias indústrias, comércio, lojas e produção agrícola, em outras palavras, todas as exigências requeridas pela população” (CLARK, 1991, p.233).

Essas reflexões demonstram sobremaneira a importância do tamanho demográfico para se pensar o equilíbrio, indicando que uma cidade que exceda um determinado número de habitantes teria aumentada a dificuldade na sua administração (COSTA, 2002). Notadamente não havia aí uma preocupação conceitual com a temática das cidades médias, mas a atenção com a dimensão do equilíbrio pode ser considerada um prelúdio (que permanece até hoje travestida em outras discussões) a muitas das questões que envolvem as cidades médias contemporâneas. Em outras palavras, reforça-se que a noção de equilíbrio tem sido central em vários estudos sobre as cidades médias, seja nas discussões urbanas, voltadas para o tamanho e as funções dessas cidades, seja na escala da rede urbana.

Essa noção se expande e ganha nova roupagem a partir das primeiras interpretações teóricas envolvendo as cidades médias. Conforme se destacou anteriormente, as preocupações com essa categoria de cidades desenvolveram-se concomitantemente às políticas de planejamento regional, durante os anos 1950 e 1960, na França, sendo bastante difundidas nas décadas seguintes:

“A causa remota da difusão das ideias sobre as cidades médias nos anos setenta deve ser buscada na convergência de dois princípios teóricos sistematizados na primeira metade da década de 1950. Elaborado por Gottmann e outros, o princípio da planificação regional (que, logo transformar-se-ia no famoso “*Aménagement du Territoire*”) resultou de uma reflexão de caráter geográfico, sobre a busca de uma distribuição mais equilibrada e orgânica das atividades, das riquezas e dos homens no espaço regional e nacional. Em direção semelhante, três anos mais tarde, o economista Perroux expõe sua “Teoria do Espaço Econômico”, que tem como ideia central o conceito de *pólo de crescimento*”. (AMORIM FILHO *et al*, 1999, p.4, *grifo nosso*).

O período que se seguiu ao término da Segunda Guerra Mundial evidenciou, entretanto, a intensidade dos desequilíbrios das redes urbanas europeias, particularmente a francesa. Os trabalhos liderados por Jean Gottmann (1952) e François Perroux (1977), mencionados, destacavam a importância do planejamento urbano e regional, que na França se denominaria “*Aménagement du Territoire*”, para corrigir tais desequilíbrios que se manifestavam em escalas regionais e nacionais (AMORIM FILHO, 2007). Particularmente no trabalho de Perroux, encontra-se significativa contribuição aos estudos sobre cidades médias, principalmente por

destacar o papel de algumas cidades para as dinâmicas das regiões nas quais estão inseridas. O economista francês destacou que certas aglomerações urbanas poderiam ser caracterizadas como “polos de crescimento” localizados em um espaço onde o crescimento econômico não se difundiria de forma homogênea. A essência desta ideia está numa interpretação do equilíbrio na escala regional, donde o espaço é entendido como um campo de forças que apresenta certo grau de desenvolvimento desigual passível de igualação através do planejamento, uma vez que este se manifesta num dado ponto, ou seja, cidade ou região urbana, estendendo-se, a partir daí, a outros centros. Esta difusão ocorreria graças à adoção de inovações por parte das cidades, o que lhes garantiria por sua vez, seu desenvolvimento (PERROUX, 1977).

Mesmo com essas contribuições, é importante destacar que durante a década de 1950 as incursões teórico-conceituais sobre as cidades médias eram incipientes, mesmo que seu uso fosse recorrente, sendo essas cidades apenas um elemento particular da rede urbana que se destacava por promover o crescimento econômico de sua região, ou seja, os papéis e funções econômicas começam a ganhar força na análise.

Já na década de 1960, o trabalho do geógrafo Michel Rochefort (1960) marca o primeiro grande esforço com foco na compreensão das cidades médias. Trata-se da tese de doutorado desse autor, intitulada “*L’organisation urbaine de l’Alsace*”, um estudo cujo objetivo era saber como e sob pressão de quais fatores as cidades se localizam, organizam, hierarquizam e diversificam para atender às necessidades da região. Rochefort define três níveis hierárquicos funcionais para a rede urbana estudada: grandes cidades, cidades médias e organismos urbanos elementares. O estudo considerou critérios demográficos, a organização interna das cidades e seu espaço de relações externas, constituindo-se numa das primeiras contribuições metodológicas ao estudo das cidades médias (AMORIM FILHO, 2007).

Nota-se, a partir desse estudo, como a noção de cidade média vai se tornando mais sofisticada. Questões centrais como demanda regional, papéis desempenhados na rede urbana e diferenciação do espaço intraurbano são incorporados aos critérios para classificação das cidades. A análise se torna mais complexa uma vez que Rochefort propõe um desafio que ainda hoje se faz presente, qual seja, a necessidade de se avançar na abordagem de espaço e tempo considerando escalas variadas e suas articulações.

Do ponto de vista de uma maior difusão desses estudos, é durante a década de 1970 que as pesquisas sobre cidades médias começam a ser desenvolvidas em outros contextos que não o europeu. O período em questão marca, ainda, o surgimento de estudos no Brasil, como destaca Sposito (2001, p.615):

“No âmbito acadêmico científico, destaca-se, como trabalho pioneiro preocupado com a compreensão de uma cidade média, a tese de doutorado de Oswaldo Bueno Amorim Filho, defendida na França, em 1973, que tinha como objeto de estudo a cidade mineira de Formiga”.

A partir daquela década, observou-se um esforço com foco no aprimoramento conceitual em relação às cidades médias. As reflexões pairavam sobremaneira no tamanho potencial da população. Michel (1977) chamou atenção para a importância do critério demográfico, mas alertou para o que ele chamou de ilusão estatística. Este autor acedia que o ponto de partida para se entender uma cidade como média estava no quantitativo da população, tratando-se, dessa forma, de uma categoria numérica. Mas alertava, ainda, para a importância de se relativizar, no tempo, esse e outros critérios, como o contexto regional no qual a cidade se insere e as características multifuncionais dessas cidades.

Em todo o mundo, a noção de cidade média se tornava cada vez mais complexa, particularmente em virtude do cenário socioeconômico que despontava no início dos anos 1980, constituindo-se este período como um novo marco para essas cidades, uma vez que “a crescente internacionalização da economia e o aumento da competitividade deram lugar a um novo quadro de relações, onde as cidades médias desempenham papéis distintos dos anteriores” (COSTA, 2002, p.163). Destaca-se nesta fase a deflagração de processos de desconcentrações econômica e da população em alguns países, fato que chamou atenção de pesquisadores para o crescimento de algumas cidades médias em função da reversão da polarização, antes marcada pela concentração nas grandes cidades (TOWNROE; KEEN, 1984).

Contraditoriamente a esse contexto de transformações que envolviam as cidades médias, a década de 1980 não representou, no Brasil, um crescimento expressivo no número de pesquisas sobre essas cidades. Mas, já na primeira metade dos anos 1990, “acentuam-se aspectos que condicionaram a estrutura econômica e de relações entre os vários territórios” (COSTA, 2002, p.163), donde as dinâmicas e os processos crescentes de internacionalização da economia implicavam numa ampliação das relações econômicas, conseqüentemente, na alteração dos papéis desempenhados pelas cidades médias em todo o mundo. Trata-se de uma transformação na divisão territorial do trabalho, que ampliou as escalas de alcance das relações envolvendo cidades médias, incluindo aí a esfera internacional.

Desde então, houve uma intensificação nos estudos sobre cidades médias, como explica Amorim Filho (2007, p.77):

“(...) nos anos 1990 e nos primeiros anos do século XXI, o número de pesquisas, publicações e eventos voltados para as cidades médias alcança uma quantidade e uma intensidade tais que é praticamente impossível para qualquer pesquisador acompanhar tudo que se faz nesse domínio”.

As dinâmicas do processo de urbanização, intensificadas pela globalização, ampliaram as próprias temáticas abordadas nos estudos sobre cidades médias, incluindo aí problemas típicos de formas urbanas mais complexas:

“O fenômeno da urbanização, associado à necessidade de ser competitivo, teve efeitos negativos na qualidade de vida das populações e na preservação do ambiente natural. A poluição, a exclusão social, a marginalidade e a degradação da qualidade de vida, são aspectos que caracterizam as grandes, mas também pequenas e médias cidades”. (COSTA, 2002, p.163).

O resgate da evolução dos estudos sobre cidades médias revelou que houve avanços nas investigações *pari passu* ao desenvolvimento do próprio processo de urbanização, particularmente na segunda metade do século XX. Seja na escala global ou brasileira, de um lado, tem-se a ampliação dos estudos e das temáticas correlatas às cidades médias, de outro, vê-se que a complexidade e a diversidade deste objeto são igualmente incrementadas. Desse ponto de vista, reforça-se a posição que se está construindo neste trabalho, segundo a qual o conceito de cidade média não encontra consenso, sendo sua noção produzida a partir de elementos diversos empregados para se analisar realidades variadas, exposta no próximo item.

### **AS CIDADES MÉDIAS EM PERSPECTIVA**

O estudo sobre a cidade é um desafio que, por si só, já se apresenta grandioso, principalmente por envolver uma diversidade de elementos que demandam análises para sua melhor compreensão. Neste texto, em particular, a busca pelas bases teóricas e metodológicas acerca do objeto cidade média esbarra na primeira grande limitação, qual seja, a concentração de estudos urbanos com foco nas metrópoles e nas grandes cidades.

Em função disso, são recorrentes os estudos desenvolvidos na tentativa de entender as cidades médias utilizando-se deste arcabouço científico voltado para outras realidades urbanas. Ainda que a diferença seja notória e não se limite aos aspectos quantitativos, a escassez de um acumulado teórico e metodológico sobre essas cidades tornava imperativa tal apropriação. Por outro lado, já existem, embora em número limitado, um conjunto de trabalhos sobre as cidades médias que tentam entendê-las a partir de seus próprios contextos urbanos e regionais.

Mesmo assim, considera-se aqui que o conceito de cidade média está em elaboração, sendo utilizada com maior recorrência sua noção. Segundo Michel (1977, p.642, *tradução nossa*):

“Sabemos muito bem o que não é uma “cidade média”. Mas é difícil dizermos o que é. O conceito é tão vago que nos questionamos se a cidade média não é uma ilusão ou, pelo menos, uma noção de forte mediocridade”.

Conforme mencionado anteriormente, a expressão “cidade média”, no senso comum, suscita de imediato a dimensão quantitativa de uma cidade. Também no meio científico esta é uma variável significativa, como atesta Michel (1977, p.642, *tradução nossa*):

"(...) o conceito de "cidade média" baseia-se, em primeiro lugar, e todos concordam, no critério: tamanho da população. Portanto, a discussão, inevitável, porém fútil, se dá, geralmente nos limites extremos para esta classe de cidades".

Porém, no plano epistemológico, o critério demográfico é insuficiente para a sua construção conceitual, como destaca Costa (2002, p.105):

"A diversidade de valores propostas pelas várias organizações internacionais e nos estudos levados a cabo em vários países vem demonstrar a insuficiência de um critério que assente exclusivamente na dimensão populacional".

No caso brasileiro, considerando as classificações do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – o parâmetro demográfico permite a identificação das denominadas "cidades de porte médio", que são aquelas que possuem entre 50 mil e 500 mil habitantes (SPOSITO, 2006a). Deve-se destacar, ainda com base na referida autora, que nem todas as "cidades de porte médio" são, de fato, cidades médias, pois, de uma forma geral, faz-se necessário explorar mais elementos, como os papéis regionais e a capacidade de intermediação desempenhada por estas cidades na rede urbana.

Concorda-se com Sposito (2001, p.613-614), ao enfatizar que a definição de "cidade média" por meio de critérios quantitativos pouco contribui para a construção do conceito, aproximando-se mais de uma noção, principalmente por se sustentar unicamente numa base empírica. Para reforçar seu argumento, a autora destaca que "não há correspondência direta entre o tamanho demográfico de uma cidade e seu papel na rede urbana", ou seja, cidades com portes semelhantes podem desempenhar papéis bem distintos. Além disso, a autora destaca que o período recente da urbanização brasileira é marcado por múltiplas formas de aglomerações urbanas bem integradas do ponto de vista funcional. Desta forma, o grau de integração entre as cidades que compõem certa aglomeração limita a identificação da cidade que desempenha o papel de cidade média. Este argumento é mais válido ainda no Brasil, dada a diversidade e a desigualdade regional brasileira.

Ainda assim, mesmo apontando a fragilidade do critério quantitativo, ele deve ser considerado como primeiro passo na definição de uma cidade média, em grande medida pelo seu potencial para análise da dimensão estrutural de uma cidade, permitindo assim, por meio do tamanho demográfico, inferir o grau de complexidade de núcleos urbanos por meio de sua infraestrutura, tamanho do mercado local e concentração das atividades, principalmente terciárias. Amorim e Serra (2001, p.2-3) sintetizam assim esta relação:

"O critério demográfico (embora cômodo e não-negligenciável) é capaz apenas de identificar o grupo ou a faixa que pode conter as cidades médias. Outros critérios deveriam ser também levados em consideração na definição dessas cidades. (...) O critério de classificação baseado no tamanho demográfico tem sido o mais utilizado para identificar as cidades médias, pelo menos como primeira aproximação. Tal critério toma a população urbana como *proxy* do tamanho do mercado local, assim como um indicador para o nível de infraestrutura existente e grau de concentração das atividades. Desse ponto de vista, embora não haja um acordo absoluto quanto aos limiares demográficos máximo e mínimo que podem conter o conjunto das cidades médias, há, em cada período histórico, coincidentes patamares demográficos definidores desse conjunto de cidades nas mais variadas regiões do mundo".

Importante destacar que a dimensão funcional, notadamente pensada a partir de relações econômicas, também tem sido muito explorada como importante variável na definição das cidades médias. Considerando-se que o conjunto de cidades que formam a rede urbana apresentam atividades econômicas diversificadas, as cidades médias seriam:

"(...) designadas não só pela sua dimensão, mas porque se encontravam em níveis intermédios da hierarquia urbana e, como tal, desempenhavam funções compatíveis com sua posição na rede urbana dos países (COSTA, 2002, p.109)".

Segundo Ferrão (1995, p.12), esta perspectiva é decorrente de uma concepção de sistema urbano estritamente nacional, donde existe uma hierarquização rígida. Dessa forma, as cidades

médias seriam aquelas que se destacariam por ocupar uma “posição média” no interior dessa hierarquia nacional, tanto do ponto de vista demográfico como funcional, donde não se concebia a possibilidade de que desenvolvessem funções com certo grau de qualificação ou especialização superior ao que sua dimensão sugeria.

Neste contexto, caberia às cidades médias uma condição de “liderança regional” ou de capital regional, como atestam algumas classificações, sendo para sua hinterlândia o que as aglomerações de maior dimensão representavam para vastos espaços do território nacional. “As cidades de média dimensão constituíam, portanto, réplicas em miniaturas das grandes cidades” (FERRÃO, 1995, p.13), mas com papéis estritamente regionais.

No período contemporâneo, esta visão se torna limitada diante da tendência crescente à complexificação das cidades. Nas palavras de Sposito (2007, p.236), “as relações entre cidade média e seu espaço rural e regional deixam de ser suficientes para compreender o contexto em que ela se insere”. Deve-se considerar que as mudanças recentes engendradas pelo capitalismo alteram os sistemas técnicos e, conseqüentemente, as formas de produção e comércio, demandando transformações nas/das cidades (BATELLA, 2013). Os princípios que comandam as mudanças recentes na urbanização não se restringem mais apenas aos aspectos hierárquicos e horizontais, sendo recorrentes as interações entre cidades que pertencem a redes urbanas distintas, de diversos países e de diferentes níveis de complexidade, o que CATELAN (2012) chamou de heterarquia urbana, pois elas extrapolam as redes urbanas nas quais se encontram inseridas.

Do ponto de vista epistemológico, está se discutindo o desenrolar de novos métodos para o estudo das cidades médias, mas que não descartam abordagens tradicionais da Geografia, como as ideias de situação ou posição geográfica.

Retomando essas concepções, destaca-se que a Geografia Urbana Francesa, de grande influência no pensamento geográfico durante a maior parte do século XX, ao desenvolver estudos empíricos com o objetivo de averiguar a situação e a posição geográfica das cidades, contribuiu particularmente no plano metodológico para a identificação e definição das cidades médias (AMORIM FILHO; SERRA, 2001).

Dessa forma, depreende-se que o estudo da situação ou posição geográfica de uma cidade envolve as condições particulares e relativas em torno da cidade, considerando aspectos do meio físico e humano, bem como suas relações espaciais que se dão em escalas diversas, por meio da circulação, num tempo de longa duração.

No que tange à importância desses estudos para a definição das cidades médias, Sposito (2001, p.626) afirma que:

“(…) nem todas as “cidades de porte médio” desempenham papéis de “cidades médias”, para nossa discussão, o que mais interessa é avaliar o peso da situação geográfica dessas cidades como um dos determinantes de seus papéis na hierarquia urbana”.

Como já destacado, as cidades não são iguais, o que permite deduzir que, ao serem classificadas como médias não há implicância de que haverá uma correlação de funções ou papéis, pois

“a condição de cidade média está diretamente associada a uma situação geográfica favorável, seja do ponto de vista da facilidade de circulação, seja pela proximidade de recursos etc., ainda que haja peculiaridades em cada uma dessas situações” (SPOSITO, 2001, p.627).

A autora destaca reflexões importantes sobre esta questão, como a impossibilidade de uma cidade média pertencer a áreas urbanas de grande porte. Destarte, o grau de estruturação funcional dessas aglomerações apresenta tamanha coesão interna que inviabiliza a individualização da cidade que apresenta papéis de cidade média. Dessa forma, não encontraríamos cidades médias integrando áreas megalopolitanas, metropolitanas ou aglomeradas. Outro elemento destacado refere-se à relação dessas cidades com outros centros urbanos de hierarquia superior. Nas palavras da autora,



“(…) tanto maiores poderão ser os papéis urbanos de uma cidade, quanto mais distante ela estiver de outras que, pertencentes a níveis superiores da hierarquia urbana, possam oferecer mais bens e serviços à sociedade” (SPOSITO, 2001, p.627).

Dessa forma, quanto mais distante de grandes centros urbanos, maiores as possibilidades de uma cidade média ter seus papéis ampliados. Não se trata de uma relação determinística, pois se deve considerar, ainda, que uma cidade média deverá ter a capacidade de intermediar as relações entre espaços próximos e espaços distantes.

Há outras contribuições que, por outro lado, problematizam a localização das cidades médias próximas ou mesmo inseridas no contexto de áreas urbanizadas. Brigitte Adam (2006), tratando das cidades médias na perspectiva do planejamento urbano e regional alemão, destacou o papel dessas cidades a partir de estratégias de criar áreas urbanizadas marcadas pela policentralidade. Abraçando uma perspectiva operacional, a autora considera como cidades médias aquelas que possuem população total na faixa entre 20.000 e 100.000 habitantes e que são classificadas como “*medium-sized*” ou “*higher-order centres*” na tipificação daquele país, que leva em conta a centralidade dada pelas funções predominantes, pelo mercado de trabalho etc.

A citada análise se baseia em métodos de cunho pragmático, em bases geométricas euclidianas, uma vez que as áreas urbanizadas são definidas por um raio de 50 quilômetros a partir de uma grande cidade.

Nota-se que a dimensão conceitual foi preterida em detrimento de uma proposta operacional, voltada menos para a exploração dos papéis desempenhados pelas cidades entendidas como médias e seus contextos espaciais, e mais para uma racionalidade na divisão das atividades no espaço, de modo a não sobrecarregar as cidades maiores. Dessa maneira, evoca-se mais uma vez a ideia de equilíbrio, agora entre uma cidade e sua região, que permeia a noção de cidade média, não apenas na perspectiva conceitual, mas também associada ao planejamento regional.

Essa noção de equilíbrio tem sido fortemente associada às cidades médias desde a década de 1960, na França, em grande medida, a partir de um modelo de desenvolvimento confiante nas virtudes do par concentração/dispersão. Trata-se da ressonância das ideias dos polos de crescimento desenvolvidas por Perroux, onde o equilíbrio de uma região estaria vinculado à capacidade de difusão centrífuga dos benefícios do crescimento econômico, dos polos para suas respectivas hinterlândias. Dessa maneira, as cidades médias foram privilegiadas como instrumento do planejamento territorial, favorecendo a localização de pessoas e atividades nesses centros urbanos, tentando conter, e em alguns casos até reverter, a excessiva concentração que se observava nas áreas metropolitanas. As cidades médias surgiam, então, como alternativa à concentração da metrópole, pois a dimensão funcional que elas desenvolviam garantia a ocorrência de economias externas, as quais se associavam às hinterlândias, garantindo a difusão alargada dos benefícios da concentração das atividades (FERRÃO *et al*, 1994).

Esta visão de cidade média associada à perspectiva funcional, típica de redes hierarquizadas, discutida ao longo deste texto não é, entretanto, suficiente para compreensão das dinâmicas contemporâneas da urbanização nessas cidades. Em função da ampliação das possibilidades de telecomunicações e transporte, vivencia-se a ampliação das relações desenvolvidas pelas cidades médias, antes limitadas apenas aos papéis de intermediação na rede urbana, mas que agora envolvem fluxos que se originam delas e se destinam a elas estabelecidos com cidades próximas e distantes (SPOSITO, 2006b), superando a perspectiva de mero equilíbrio regional.

Ferrão (1995, p.13) alerta para a necessidade de se considerar o que ele chamou de “nova visão de sistema urbano”. Segundo o autor, o período atual demanda a atenção para três diferenças fundamentais em relação à visão convencional de sistema urbano pautado apenas na hierarquia. A primeira refere-se à necessidade de se incorporar a dimensão internacional. A mundialização da vida econômica permite

“reconhecer, no interior de cada país, centros que pertencem exclusivamente à rede urbana nacional e centros que possuem uma dupla pertença, ao

integrarem não só o sistema nacional, mas também redes de âmbito internacional” (p.14).

É o caso de muitas cidades médias que se especializaram em funções bastante expressivas na economia internacional, superando a compreensão de que essas cidades, necessariamente, se limitam às funções desempenhadas nas hierarquias das redes urbanas regional e nacional.

A segunda diferença envolve a organização dos centros urbanos não apenas de forma hierarquizada, mas também reticular. Tradicionalmente, os sistemas urbanos hierarquizados têm limitado os papéis das cidades médias à escala regional ou sub-regional. Todavia, determinadas funções e equipamentos encontrados nessas cidades superam os princípios meramente hierárquicos e, complementarmente, são susceptíveis de se organizarem numa ótica de rede, como aquelas cidades que desempenham funções com especialidades idênticas ou complementares. Segundo Ferrão (1995, p.15):

“uma aglomeração demograficamente de média dimensão, mas com uma posição estratégica no interior de uma rede dinâmica conseguirá, por certo, desenvolver actividades de nível bastante superior ao que seria de se esperar numa ótica rigidamente hierarquizada”.

Por fim, em terceiro lugar o autor apresenta a diferenciação entre dinâmicas que transcorrem nos espaços geográficos e nos espaços de fluxos. No primeiro caso, considera-se a cidade média a partir de uma perspectiva em que a proximidade física se configura com grande relevância, com a compreensão dessas cidades a partir de polos regionais ou sub-regionais, o que pressupõe uma forte articulação, sendo a distância geográfica entre a cidade polo e os demais núcleos urbanos, além da contiguidade física, fatores fundamentais. Mas, no segundo caso, a crescente internacionalização de alguns centros urbanos tem levado algumas cidades médias a ampliarem seus fluxos e se articularem independentemente de suas hinterlândias.

Esta última consideração, que foi também sinalizada em outros momentos deste texto, suscita a necessidade de se apreender os papéis que as cidades médias têm apresentado na divisão territorial do trabalho, como foi realizado, dentre outros, por Sposito (2005). Trata-se, dessa forma, de uma investida que priorize a análise, na perspectiva espacial, das articulações de processos em diferentes escalas nas quais se realizam a divisão técnica (ou econômica) do trabalho e a divisão social do trabalho. Conforme destaca a autora: “a mediação, no plano analítico, entre a divisão econômica do trabalho e a divisão social do trabalho pode ser apreendida pela divisão territorial do trabalho, condição e expressão dessas duas formas de divisão do trabalho” (SPOSITO, 2005, p.170).

Retomando o pensamento marxista, Sposito (2005, p.170) relembra que “a divisão social do trabalho é imposta a *posteriori* pelo processo de concorrência e a divisão técnica do trabalho ocorre a *priori*, na fábrica”. Nesta perspectiva, tem-se que a divisão técnica do trabalho remete à análise da produção, no interior das fábricas, buscando-se interpretá-la em correlação com o espaço urbano. Na medida em que ela é tomada como divisão econômica do trabalho, a análise requer ampliação para se compreender “como as relações intra-urbanas expressam relações interurbanas as quais, no período atual, definem-se nas escalas regionais, nacionais e internacionais” (SPOSITO, 2005, p.170). Sobre a divisão social do trabalho, há também a necessidade de se ampliar as escalas territoriais para sua interpretação, seguindo o movimento das transformações a partir das maiores escalas territoriais para a análise, ou seja, privilegiando-se a escala geográfica, esta não restrita às múltiplas escalas dos territórios, mas às “sobreposições combinadas e contraditórias que entre elas se estabelecem, observando as relações complexas que se realizam entre diferentes níveis de divisões territoriais do trabalho” (SPOSITO, 2005, p.170).

Baseado nos autores aqui citados, trata-se de uma proposta de análise do modo capitalista de produção, de seus determinantes e processos de desenvolvimento que encontram nas cidades o contexto mais adequado para sua reprodução. Isso porque nelas predominam a concentração de diversas naturezas e as funções de decisão e comando que intensificam o processo de mundialização da economia, exigindo que as análises considerem e articulem escalas cada vez mais complexas.

Em grande medida, esta tem sido a proposta da ReCiMe (Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias), grupo de pesquisa no âmbito do qual se desenvolveram as reflexões aqui apresentadas. Formada por pesquisadores de diversas universidades brasileiras, chilenas e argentinas, essa rede empenha-se no esforço para “explicitar as especificidades que caracterizam as cidades médias” (SPOSITO *et al* 2007, p.35-36), buscando dar consistência conceitual à expressão “cidade média”. As cidades estudadas por essa rede são analisadas por uma metodologia comum, sem deixar de considerar a pluralidade de abordagens teóricas dos pesquisadores envolvidos, propiciando uma comparação entre cidades de diferentes regiões brasileiras, com o objetivo de encontrar as particularidades que permitam classificá-las como cidades médias.

A metodologia da ReCiMe estrutura a análise de quatro temas representativos de processos e dinâmicas que, com intensidades e ritmos diferentes, constituem-se como centrais para o estudo das principais alterações que vêm sendo observadas nas cidades médias e em seus municípios: a) Difusão da agricultura científica e do agronegócio; b) Desconcentração da produção industrial; c) Difusão do comércio e dos serviços especializados; e d) Aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

A noção de limiares apresentada em Batella (2013) parte da metodologia desenvolvida pela ReCiMe, adaptando-a para a necessidade de se pensar a diversidade dos contextos urbanos no Brasil. Por um lado, busca-se apresentar o contexto das transformações que envolvem os papéis desempenhados pelas cidades médias no âmbito da divisão territorial do trabalho, em que se observa não apenas a intensificação das relações econômicas, mas também a ampliação das escalas em que elas transcorrem, principalmente a partir do período que marca a transição do sistema de produção fordista para aquele chamado por alguns pesquisadores de acumulação flexível. Por outro lado, deve-se problematizar que diante da diversidade inerente às cidades da rede urbana brasileira, bem como do reconhecimento de grupos de cidades com diferentes portes e papéis, ainda que se considerem os processos gerais responsáveis pela produção do espaço urbano, há uma multiplicidade de relações mutantes no tempo e no espaço que consubstanciam as particularidades dos espaços urbano e regional de uma cidade.

No primeiro aspecto, algumas cidades médias brasileiras têm se destacado, nas últimas décadas, por apresentarem uma alta e competitiva especialização funcional (SILVEIRA, 2002), que se materializa no comando técnico da produção agrícola, na oferta de comércio e serviços cada vez mais diferenciados, no incremento de importantes funções que consolidam o papel de liderança regional dessas cidades, como saúde e educação. Soma-se a isso a presença, nessas cidades, de agentes econômicos que atuam em escalas internacionais, o que torna os papéis econômicos das cidades médias cada vez mais complexos. Tudo isso contribuiu para que as cidades médias superassem a mera “função de *relais*” (SILVEIRA, 2002, p.14), quando se limitavam apenas à intermediação entre pequenas cidades e metrópoles, inserindo-se recentemente em dinâmicas globais e assumindo papéis antes restritos apenas às redes urbanas hierarquizadas.

Já no segundo, inserem-se cidades que são marcadas pelas continuidades, em detrimento das rupturas, onde não se observa um rompimento com a escala regional nem com as redes urbanas hierarquizadas, e onde há um predomínio de agentes locais. Apesar disso, as posições geográficas dessas cidades dotam-nas de uma expressiva importância, particularmente pela competência de exercer a principal característica de uma cidade média, qual seja, a capacidade de realizar papéis de intermediação (AMORIM FILHO; SERRA, 2001).

Essa observação demonstra a complexidade inerente à análise dos papéis desempenhados pelas cidades médias na divisão territorial do trabalho hodierna, pois, se as transformações ascendentes de seus papéis têm sido uma tendência, deve-se destacar que as continuidades, e até a retração, também merecem atenção:

“Não menos importante é se analisarem os contextos regionais em que as permanências, sobretudo de natureza política e cultural, são mais densas que as transformações, possibilitando não apenas as prevalências de relações hierárquicas, como a diminuição relativa dos papéis das cidades médias e, muitas vezes, diminuição profunda dos papéis das menores cidades da respectiva rede urbana (SPOSITO, 2010, p. 53)”.

Diante disso, destaca-se o cenário extremamente plural que envolve a temática das cidades médias, atestando-se tratar de um objeto diversificado e dinâmico, que demanda o estudo não apenas de seus processos mais gerais, mas também de suas particularidades. Para avançar nesta análise, propõe-se a reflexão sobre os limiares, que será contextualizada a seguir, como contribuição ao estudo das cidades médias.

### **UMA PROPOSTA DE LIMIARES PARA AS CIDADES MÉDIAS**

A assertiva de Benjamin (2006, p.535) ressalta que “tornamo-nos muito pobres em experiências liminares”. O filósofo alemão, ao atestar a escassez dessas experiências, contribuiu para a delimitação de um conceito de tal maneira abrangente, o de limiar, que inspirou outros pensadores com interesses em temáticas distintas, sendo aqui problematizado na perspectiva das cidades médias.

Um dos primeiros aspectos que chamou atenção nas análises que outros autores fizeram acerca das contribuições benjaminianas refere-se a sua perspectiva analítica. Essa questão foi realçada por Barrento (2012, p.41, *grifo nosso*), quando afirma: “este método, o pensar nos lugares-do-entre, faz de Walter Benjamin um pensador para-doxal por excelência, isto é, alguém que pensa nas margens, ou no limiar”. Trata-se de uma proposta sutil de deslocamento da análise do que está mais próximo para o que está mais distante; do que é mais geral para o particular; do que seria homogeneizador para as diferenças. Isso porque, defende-se neste trabalho, diante do que já se produziu sobre as cidades médias, e já brevemente exposto nos itens anteriores, o limiar se apresenta como o contexto privilegiado para se problematizar contemporaneamente a noção de cidade média. Trata-se de um conceito eminentemente geográfico.

Por isso, ao considerar a discussão sobre limiares como o fio condutor da análise que se apresenta em nossas pesquisas, constatamos que não basta deslocar-se para as condições limiares. Urge que sejam organizadas as formas de se pensar nos contextos de limiares. Objetivando delinear melhor esta proposta, segue-se com uma análise sobre o conceito de limiar.

Uma importante contribuição para este debate foi dada por Amorim Filho e Rigotti (2003). Esses autores elaboraram um estudo sobre os limiares demográficos das cidades médias. Utilizando-se da TEORIA DAS DESCONTINUIDADES de Roger Brunet (1970), os autores apresentaram propostas de faixas demográficas para se pensar os balizamentos quantitativos das cidades consideradas médias, precipuamente, aquelas que se situam nos limiares inferiores das redes urbanas hierarquizadas, ou seja, na faixa de transição entre as cidades menores e aquelas classificadas pelos autores como centros emergentes.

Embora a perspectiva dos autores não seja central neste trabalho, principalmente por priorizar exclusivamente a discussão demográfica e no âmbito de redes hierarquizadas, o mérito do estudo foi trazer para o debate acadêmico-teórico a questão dos limiares das cidades médias, possibilitando uma rica contextualização sobre essa temática. Considerando a teoria de Roger Brunet (1970), os autores atestam que

“as “descontinuidades” hierárquicas, temporais, espaciais etc. correspondem a uma espécie de “zona de imprecisão”, cuja manifestação é marcada pela transposição de um ou mais “limiares”. Assim, a “descontinuidade” tem uma identificação mais abstrata, enquanto o “limiar” é uma manifestação evidente e concreta” (AMORIM FILHO; RIGOTTI, 2003, p.26).

Segundo essa perspectiva, a descontinuidade seria uma “zona de passagem” que apresenta certa complexidade, mas que marca sempre a transição de um sistema ou subsistema a outro, sendo o limiar a linha que separa duas realidades. Essa proposta limita a complexidade dos limiares, frequentemente apresentados como limites.

A proposta de limiar que se defende aqui difere-se desta perspectiva, pois a avança em relação às noções de limite ou fronteira. O ponto de partida para tal reflexão é buscado em Ferraz (2012, p.2) que argumenta acerca das dificuldades das línguas latinas em operar com a distinção entre limite e limiar:

“se lembrarmos-nos que limite, fronteira, *grenze* vem do latim *limitis*, substantivo masculino que diz “caminho que borda um domínio”, donde limitar, limitação, delimitação; enquanto limiar, soleira, *schwelle*, deriva de *limen*, *liminis*. A semelhança fonética entre *limie*, *limitis* e *limem*, *liminis* fez com que nas línguas romanas *limitaris* tenha sido confundido com *limiaris*”.

Acredita-se que tal semelhança esteja no cerne da explicação para o uso de forma indistintamente como sinônimos das palavras limite e limiar. Porém, alerta Ferraz (2012, p.3, *grifo nosso*):

“Apesar de todos esses termos apontarem para uma separação entre dois domínios, muitas vezes opostos, tais como “próprio” e “comum”, por exemplo, esquecemo-nos de que o limiar não significa somente separação, mas sugere (...) um lugar e um tempo intermediários e, nesse sentido, indeterminados, que podem, portanto, ter uma extensão variável, mesmo indefinida”.

A preocupação do autor citado se inspirou na distinção conceitual rigorosa que Benjamin (2006, p.535) destaca ao afirmar que “o limiar deve ser rigorosamente diferenciado da fronteira”. Na perspectiva deste filósofo, o conceito de fronteira está relacionado e resulta dos exercícios de delimitação que dão formas bem definidas e evitam, por assim dizer, que algo transgrida suas bordas. Esta é também a compreensão de Gagnebin (2010). Ao tratar do pensamento de Benjamin, a autora destaca: “a fronteira contém e mantém algo, evitando seu transbordar, isto é, define seus limites não só como os contornos de um território, mas também como as limitações do seu domínio” (p.13).

Dessa forma, a fronteira se apresenta como um limite, uma membrana que limita e confronta com outra. Esta é, inclusive, a concepção que se aplica desde a origem do conceito, na perspectiva política, a contextos de delimitação territorial.

“As origens políticas do conceito estão associadas à própria formação dos Estados Nacionais, que no seu processo de consolidação tiveram, e ainda têm, que demarcar claramente as linhas divisórias, visto implicar no limite da ordem, da norma e do poder instituído” (NOGUEIRA, 2007, p.29).

Esta linha, cujo traço e espessura podem variar, separa interesses e intencionalidades. Assim, sua transposição sem acordo prévio ou sem controle regrado significa uma transgressão, interpretada no mais das vezes como um conflito potencial (GAGNEBIN, 2010).

Em contrapartida, retomando as contribuições de Benjamin (2006, p.535), destaca-se que:

“O limiar é uma zona. Mudança, transição, fluxo estão contidos na palavra *schwollen* (...), e a etimologia não deve negligenciar estes significados. Por outro lado, é necessário determinar (manter, constatar) o contexto tectônico e cerimonial imediato que deu à palavra o seu significado”.

O conceito de limiar se inscreve num registro mais amplo, que envolve movimento, passagens, transbordamentos e transgressões. O limiar se difere da fronteira por não se limitar a separar territórios, mas por permitir a transição entre duas condições diferentes e/ou muitas das vezes opostas. Embora os termos fronteira e limiar aludem à separação entre dois ou mais domínios do real, a filósofa Fionna Hugues, durante palestra, comparou o limiar a uma ponte de importância e intensidades variáveis (GAGNEBIN, 2010). O limiar, dessa maneira, não é uma mera classificação que separa os diferentes, ele aproxima e se caracteriza como “ritos de passagem”, para utilizar uma expressão própria de Benjamin (2006). Dessa forma, o limiar:

“designa essa zona intermediária à qual a filosofia ocidental opõe tanta resistência, assim como o chamado senso comum também, pois, na maioria das vezes, preferem-se as oposições demarcadas e claras (masculino/feminino, público/privado, sagrado/profano etc.), mesmo que se tente, mais tarde, dialetizar tais dicotomias” (GAGNEBIN, 2010, p.15).

Este também é o entendimento de Barrento (2012), para quem o limiar em Benjamin não corresponde a uma linha divisória entre duas realidades, mas sim à zona que contém um pouco dessas partes, o limiar corresponde ao hibridismo que se encontra numa condição de transição.

Benjamin (2006) já argumentava que na vida moderna essas transições tornaram-se cada vez mais irreconhecíveis e difíceis de vivenciar. “Tornamo-nos muito pobres em experiências liminares” (p.535). Na perspectiva da vida urbana, tais transposições também se encontram comprometidas, como alerta Gagnebin (2010, p.15):

“As transições devem ser encurtadas ao máximo para não se “perder tempo”. O melhor seria poder anulá-las e passar assim o mais rapidamente possível de uma cidade para outra, de um país a outro, de um pensamento a outro, de uma atividade a outra, enfim como se passa de um programa de televisão a outro com um mero toque na tecla do assim chamado “controle-remoto”, sem demorar inutilmente no limiar e na transição”.

A proposta que se apresenta relaciona-se ao desafio de pensar os limiares das cidades médias para além das tipologias, ou seja, não se propõe uma análise que privilegie a taxonomia, mas que pense o estágio de manifestação do urbano nas cidades médias em estudo. Nesse sentido, busca-se construir uma noção de limiar que não se restrinja à ideia de limite, mas que permita explorar os contextos de transição nos quais muitas cidades médias vêm sendo pensadas. Um dos elementos discutidos refere-se à necessidade de se articular as dimensões temporal e espacial em tais estudos, pois a condição de limiar deve ser entendida como a zona de transição. Desconsiderar este movimento implicaria na negação da própria condição de limiar, o que contrariaria sua função. Destaca-se, todavia, que o processo de urbanização transforma os papéis e conteúdos das cidades médias de forma heterogênea, conforme as particularidades de cada cidade. Dessa forma, apresenta-se, a seguir, alguns balizamentos para apreensão dos limiares das cidades médias. Ressalta-se, porém, que não se trata de uma proposta metodológica fechada, mas de eixos para se problematizar a noção de limiares das cidades médias. Uma análise empírica baseada na cidade de Teófilo Otoni, localizada no estado de Minas Gerais, pode ser encontrada em Batella (2013). Nesse estudo, quatro eixos foram acionados no sentido de se explorar os limiares das cidades médias: 1) análise da posição geográfica; 2) interpretação das assimetrias dos papéis locais e globais; 3) as interações espaciais; e 4) análise do espaço intraurbano.

A análise da posição geográfica remete às abordagens clássicas da Geografia Urbana Francesa. De grande influência no pensamento geográfico durante a maior parte do século XX, ao desenvolver análises empíricas com o fito de averiguar a posição geográfica das cidades, esses estudos contribuíram particularmente no plano metodológico para a identificação e definição das cidades médias (SPOSITO, 2001). Para Dollfus (1973, p.18), a posição geográfica incorpora a dimensão do movimento e da escala, e destaca que “a posição depende do sistema de relações que o elemento mantém com outros elementos, estejam estes próximos ou distantes”.

Investigar a posição geográfica de uma cidade é o passo inicial para a problematização dessa enquanto uma cidade média. Já se discutiu neste texto que a dimensão demográfica é uma importante variável para a classificação das “cidades de porte médio”, mas é a posição dessas cidades que evidenciará efetivamente seus papéis de intermediação na rede urbana. Nas palavras de Sposito (2001, p. 627), “a condição de cidade média está diretamente associada a uma posição geográfica favorável, seja do ponto de vista da facilidade de circulação, seja pela proximidade de recursos”.

Dessa maneira, algumas cidades, ainda que não apresentem densidade técnica de suporte à reprodução capitalista, somente podem ser classificadas como média por meio de sua posição geográfica. Dessa maneira, os limiares das cidades médias serão mais evidente em regiões de baixo dinamismo econômico ou, por exemplo, quanto mais distante de grandes centros urbanos. Nessas situações, são maiores as possibilidades de uma cidade média ter seus papéis ampliados.

No que tange às assimetrias dos papéis locais e globais, trata-se de uma análise acerca das escalas geográficas na reprodução do espaço urbano. A reestruturação capitalista vivenciada nos anos 1970 foi responsável pela transformação da rede urbana nacional. Segundo dados do IBGE, naquela década havia 55 cidades com população na faixa de 100.000 a 500.000 habitantes. Em 2010, esse número saltou para 214. Mais do que um salto no número de cidades de porte médio, deve-se atentar para o fato de que as mudanças quantitativas trazem

consigo alterações de ordem qualitativa. Neste contexto, as cidades assumem diferentes papéis e níveis de complexidade no âmbito da rede urbana. Para se interpretar a condição de limiar das cidades médias nesta perspectiva, propõem-se que se debruce sobre a estruturação do espaço urbano (VILLAÇA, 2001), a existência e os atributos do processo de reestruturação urbana (SPOSITO, 2007) e a problematização da cidade na perspectiva dos conceitos de horizontalidade e verticalidade (SANTOS e SILVEIRA, 2008).

A leitura do processo de estruturação urbana articula os tempos e espaços das cidades, com o fito de se interpretar a evolução do uso do solo urbano e identificar particularidades da econômica urbana dessas cidades. Na perspectiva da urbanização brasileira, as cidades médias têm se destacado a partir da década de 1970, em função de uma economia capitalista pautada na acumulação flexível (HARVEY, 2002), o que tem desencadeado processos de reestruturação urbana que podem ser expressos de diversas maneiras. Na pesquisa sobre os limiares, tem-se abordado, sobretudo, o papel das atividades terciárias, comércio e serviços, uma vez que é o consumo de bens e serviços o responsável pela complexidades das centralidades urbanas em diferentes escalas. Porém, a concepção de limiares para as cidades médias, considerando o processo de reestruturação urbana, leva em consideração as permanências em detrimento das rupturas. A título de exemplos, destaca-se o papel local dos agentes econômicos, o caráter monocêntrico da cidade e a fragilidade das articulações escalares. Este último ponto, propicia uma interpretação que permite entender as cidades como pontos de interseções e superposições entre horizontalidades e verticalidades. Dessa maneira, como atestam Santos e Silveira (2008, p.281), as cidades passam a constituir uma ponte entre o global e o local, principalmente em função das crescentes necessidades de intermediação e da demanda, também crescente, de relações. Nesse cenário, as cidades médias contemporâneas podem ser entendidas como aquelas cidades que se encontram “na encruzilhada das verticalidades e das horizontalidades”, como propõem os autores anteriormente citados.

Essas cidades desempenham papéis de destaque nos seus espaços regionais, suprimindo a demanda de consumo para seu espaço imediato e próximo, principalmente mediante o consumo consumptivo, isto é, aquele voltado para as famílias, como o consumo de educação, saúde, lazer etc. Mas também se articulam com vetores controlados por agentes hegemônicos externos que se materializam, por exemplo, nos setores financeiros, privados e/ou de oferta de produtos voltados ao consumo produtivo, que se configuram como o consumo voltado à produção de mercadorias: maquinário, conhecimento científico, consultorias, crédito etc., controlados por um número reduzido de empresas ou grupos globais. Dessa forma, em função das novas lógicas econômicas da urbanização, as cidades médias são incorporadas ao processo de “funcionamento global da sociedade e da economia” (SANTOS, 2009, p.284).

Todavia, tomando como prerrogativa esta perspectiva, das cidades médias na encruzilhada das horizontalidades e verticalidades, nota-se que a proposta de limiar se destaca pela predominância dos papéis regionais em detrimento das dinâmicas que articulam escalas mais complexas, o que revela uma assimetria entre os dois eixos. Tal consideração é de extrema relevância, não para apresentar uma tentativa de homogeneizar os estudos das cidades médias como realidades urbanas que vivenciam ondas modernizadoras que favorecem maior densidade técnica ao território, mas para reforçar a complexidade de um objeto de pesquisa que se apresenta de maneira bastante heterogênea na rede urbana.

O terceiro eixo de análise está intrinsecamente relacionado a essa discussão. Trata-se da investigação acerca das interações espaciais. Viu-se que, na perspectiva das verticalidades e horizontalidades, as cidades médias nos limiares se destacam pela predominância de relações horizontais, ou seja, pelos espaços de solidariedade espacial. Salienta-se, ainda, que, embora os estudos acerca das cidades médias contemporâneas tenham privilegiado cidades que articulem escalas mais complexas na rede urbana, um número expressivo de cidades classificadas como médias, precipuamente por suas posições geográficas, apresenta dinâmicas que vão demandar papéis específicos dessas cidades, não superando as redes nas quais se incluem e se restringindo ao comandando de seus espaços regionais.

A análise das horizontalidades implica numa abordagem que privilegie as relações da cidade com seu espaço próximo, com sua região. Em função da importância desta dimensão para a

construção da noção de limiar, faz-se importante debater as relações entre cidades médias e região. Dessa maneira, retoma-se Sposito (2009) ao destacar que um dos caminhos para se entender as articulações que envolvem cidades médias está na relação entre a cidade e sua região. A autora ressalta a importância do conceito de Região para a Geografia, mas reconhece a escassez de investigações científicas recentes que recorram a essa temática.

“Quanto mais se tem pesquisado, quanto mais se têm reunido, todos que estudam cidades médias e pequenas, mais nos damos conta de que não há possibilidade de compreensão do que sejam cidades médias e pequenas sem entendimento do que é a região, porque a região é o próprio quadro de referências, é o próprio ambiente, socialmente construído, a partir das relações entre cidades médias e pequenas”. (SPOSITO, 2009, p.18-19).

Assim, tem-se que uma cidade média em condição de limiar apresenta papéis de intermediação que, notadamente, vão se caracterizar pelas relações entre cidade e região. É neste contexto que se indica outra perspectiva para se pensar o limiar, pois em grande medida a cidade é “capturada” pela sua região, uma vez que não há sinergia que dinamize relações de complementaridade nesta escala. Em termos empíricos, deve-se buscar os conteúdos dessa centralidade regional. Como já sinalizado, em grande medida, o consumo terciário tem um importante papel nessa dinâmica.

Por fim, a condição de limiar pode ser identificada, ainda, na morfologia urbana. Amorim Filho e Sena Filho (2005) já sinalizaram para a diferenciação do espaço intraurbano como um dos atributos das cidades médias. Conforme metodologia da ReCiMe, o espaço intraurbano de uma cidade média deve ser analisado em articulação com o interurbano, priorizando o movimento e a atuação de agentes que transformam a estrutura interna das cidades médias e seus consequentes desdobramentos nas dinâmicas externas, a partir das dimensões econômica e social (SPOSITO *et al*, 2007).

Tal condição se faz presente, nos estudos sobre os limiares das cidades médias, quando a análise do espaço intraurbano reforça a questão das permanências em detrimento das transformações, uma vez que se observe o predomínio das continuidades das formas e dos processos urbanos em detrimento das rupturas que evidenciem a existência de um processo de reestruturação da cidade.

Dois caminhos analíticos se desdobram na escala intraurbana. Por um lado, deve-se apreender a produção do espaço e das desigualdades sócias. Por outro, o foco recai na divisão social do espaço.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS E APONTAMENTOS SOBRE OS LIMIARES DAS CIDADES MÉDIAS**

As cidades médias brasileiras têm, de forma bastante heterogênea, se transformado muito rapidamente no contexto da urbanização das últimas décadas. Isso reforça a importância de se apropriar do debate acerca dos limiares como recurso analítico para esta realidade, ainda que a velocidade dificulte uma reflexão que contemple seus limiares pela rapidez dessas transformações. Destaca-se, dessa maneira, que o conceito de limiar implica na necessária articulação entre espaço e tempo: “ele pertence à ordem do espaço, mas também, essencialmente, a do tempo. Como sua extensão espacial, sua duração temporal é flexível, ela depende tanto do tamanho do limiar quanto da rapidez ou da lentidão” (GAGNEBIN, 2010, p.15).

Destarte, considerando que o tempo tem sido efêmero, sobretudo o tempo do capitalismo, reduzindo-se a “uma sucessão de momentos iguais sob o véu da novidade, decorre daí que toda transição, quer dizer, todo limiar deve ser anulado” (FERRAZ, 2012, p.3). Anular as transições seria o mesmo que construir homogeneidades entre os espaços, entre as cidades. Porém, essa não é a perspectiva que envolve as cidades médias na divisão territorial do trabalho, uma vez que a difusão espacial do capital no território é significativamente seletiva, não englobando todos os lugares. Isso revaloriza a importância do estudo dos limiares para as cidades na perspectiva proposta por Benjamin, como atestou Barrento (2012, p.47): “a cidade



moderna é, por excelência, o limiar, o palco, de todas as experiências que se oferecem ao olhar do transeunte-filósofo Walter Benjamin”.

Mas, dado que o limiar é, assim, uma marca que atrai pelo que promete, ou seja, pela possibilidade de se interpretar a transição, deve-se atentar para a reflexão que outro filósofo faz sobre o conceito de limiar. Resgatando as contribuições de Mikhail Bakhtin (1993) para este debate, Gonçalves Neto (2010, p.4) afirma que: “o limiar expressa então um espaço que corresponde ao inacabamento, lugar de trânsito, de conflito e de tensão (...). Opõe-se ao limite, espaço que corresponde ao fechamento, ao acabamento, à perfeição”. Isto posto, destaca-se que o limiar pode adquirir uma tal espessura que dele não se consegue sair, o que acaba negando sua função (GAGNEBIN, 2010). Essa é outra apreensão do conceito de limiar que deve ser considerada.

Por fim, o limiar é revelador da própria complexidade da urbanização. Ele supera a dimensão taxonômica e permite captar os híbridos, as mudanças e as mutações. Sua essência está nas tensões produzidas pelas articulações de escalas temporais e espaciais imprescindíveis para compreensão das cidades médias contemporâneas.

Para aprofundar a discussão dos limiares na perspectiva das cidades médias, recomenda-se três dimensões analíticas: a necessária articulação de escalas nos estudos sobre as cidades médias, as tensões inerentes ao processo de produção do espaço urbano e a identificação do que é geral, particular e singular a essas cidades.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à FAPEMIG (Processo nº CSA APQ 00318/15) e ao CNPq (Processo nº 472025/2014-7) pelo financiamento desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ADAM, Brigitte. Medium-sized Cities in Urban Regions. *European Planning Studies*. Vol. 14, nº4, p.547-555, May. 2006 <https://doi.org/10.1080/09654310500421220>

AMORIM FILHO, Oswaldo B. Origens, Evolução e Perspectivas dos Estudos sobre as Cidades Médias. In: SPÓSITO, Maria Encarnação B. (org). *Cidades Médias: Espaço em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 69-88.

AMORIM FILHO, Oswaldo B.; ABREU, João F.; ANDRADE, Tarcísio B.; ALVIM, Ana Márcia M. Os Eixos de Desenvolvimento em Minas Gerais e suas Tecnópolis. Projeto de Pesquisa, CEX 170495, FAPEMIG - PUC/Minas, Belo Horizonte, 1999.

AMORIM FILHO, Oswaldo B; SERRA, Rodrigo V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo V. (org.) *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.1-34.

AMORIM FILHO, Oswaldo B.; RIGOTTI, José. I. R. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v.7, n.9, p. 21-38, 2003.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; SENA FILHO, Nelson de (org.). *A morfologia das cidades médias*. Goiânia: Vieira, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. Questões de literatura estética. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Hucitec, 1993.

BARRENTO, João. Walter Benjamin: limiar, fronteira e método. Olho d'água, 4 (2), Jul.-Dez., p. 41-51, 2012.

BATELLA, Wagner. Os limiares das cidades médias: reflexões a partir de Teófilo Otoni-MG. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente.

BENJAMIN, Walter. Passagens. BOLLE, Willi; MATTOS, Olgária (org.) Trad. Irene Aron; Cleonice Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BRUNET, Roger. Les Phénomènes de Discontinuité em Géographie. Paris, CNRS, 1970, 103 p.

CATELAN, Márcio J. Heterarquia Urbana: interações espaciais interescalares e cidades médias. Tese (Doutorado em Geografia) - FCT/UNESP, 2012, 227p.

CHEPTULIN, Alexandre. A dialética materialista: categorias e leis da dialética. Tradução de: Leda Rita Cintra Ferraz São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CLARK, David. Introdução à Geografia Urbana. 2ª Edição. Tradução de Lúcia Helena de Oliveira Gerardi e Silvana Maria Pintaudi. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

CORRÊA, Roberto L. Construindo o Conceito de Cidade Média. In: Spósito, Maria Encarnação B. (org). Cidades Médias: Espaço em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. pp. 23-34.

COSTA, Eduarda M. Cidades Médias: contributos para a sua definição. Finisterra, Vol. 37, nº 74, p. 101-128, 2002. <https://doi.org/10.18055/Finis1592>

DOLFUSS, Olivier. A análise geográfica. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

FERRAZ, Fernando Gigante. Da ação ao comportamento: o espaço público da oikonomia. Anais do Seminário URBA A produção da cidade e a captura do público: que perspectiva. Salvador, UFBA, 2012. <https://doi.org/10.31977/grirfi.v7i1.555>

FERRÃO, João. Cidades médias: superar a tirania da dimensão. In: REBELO, João; VENEZA, Ana. As cidades médias e o ordenamento do território. Coimbra: Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1995. p.11-18.

FERRÃO, João; HENRIQUES, Eduardo B.; NEVES, Eduardo O. Repensar as cidades de média dimensão. *Análise Social*, vol. XXIX (129), p.1123-1147, 1994.

GAGNEBIN, Maria Filomena. Método é desvio - uma experiência de limiar. In: OTTE, Georg; SEDLMAYER, Sabrina; CORNELSEN, Elcio. (org.) *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, pp.12-26.

GONÇALVES NETO, Nefatalin. A questão do limiar em Ensaio Sobre a Cegueira: uma reflexão à luz das pesquisas bakhtinianas. *Revista Desassossego*, v. 4, p. 1-10, 2010.  
<https://doi.org/10.11606/issn.2175-3180.v2i4p26-34>

GOTTMANN, Jean. *L'aménagement de l' espace: planification régionale et géographie*. Paris, Colin, 1952.

MICHEL, Michel. Ville moyenne, ville moyen. *Annales de Géographie*, Vol. 86, n°. 478, p. 641-685, sep./oct.1977. <https://doi.org/10.3406/geo.1977.17678>

NOGUEIRA, Ricardo J. B. Fronteira: espaço de referência identitária? *Ateliê Geográfico (UFG - IESA)*, v.1, n.2, p.27-41, 2007. <https://doi.org/10.5216/ag.v1i2.3013>

PERROUX, François. O conceito de Pólo de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977 [1955]. p. 145-156.

ROCHFORT, Michel. *L'organisation urbaine de l'Alsace*. Les Belles Lettres, Paris, 1960.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008 [2001]. 473p.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4° Ed. São Paulo: EDUSP, 2009a [1996].

SILVEIRA, Maria Laura. Globalização, Trabalho, Cidades Médias. *Geo UERJ*. n. 11, 2002, pp. 11-17.

SPOSITO, Maria Encarnação B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (coord.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001. p. 609-643.

SPOSITO, Maria Encarnação B. A divisão territorial do trabalho e as cidades médias no Estado de São Paulo. *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente - SP*, v. 26, p. 169-180, 2005.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas - Brasil. In: SPOSITO, Eliseu; SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARZO, Oscar. (Org.). *Cidades*

médias: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006a, v. 1, p. 175-196.

SPOSITO, Maria Encarnação B. O Desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. *Cidades*, vol.3, no. 5. jan-jun 2006b. p.143.157.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria E. B. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. 1, p. 233-253.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. *Geografia*, Rio Claro, v. 35, n.1, jan./abr., 2010, p.51-62.

SPOSITO, Maria Encarnação B; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz R.; MAIA, Doralice S.; GOMES, Edvânia T. A.; O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria E. B. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. 1, p. 35-67.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Para pensar as pequenas e as médias cidades brasileiras. Belém: FASE e UFPA, 2009.

TOWNROE, Peter; KEEN, David. Polarization reversal in the state of São Paulo. *Regional Studies*, v. 18, n. 1, p.45-54, 1984. <https://doi.org/10.1080/09595238400185041>

---

Recebido em: 22/05/2018

Aceito para publicação em: 13/11/2018